

A SOCIEDADE CIVIL E O PACTO SOCIAL

Senador JOSÉ EDUARDO ANDRADE VIEIRA



BRASÍLIA — 1991

Senador José Eduardo Andrade Vieira

A SOCIEDADE CIVIL E O PACTO SOCIAL

BRASÍLIA — 1991

A palavra “modernidade” e a expressão “pacto Social”, os dois principais temas deste encontro, estão muito desgastados pelo uso abusivo e pelo significado elástico a que ambas têm sido submetidas por vários governos, regimes e administrações, neste País. Sem querer aqui roubar definição do gosto do colega Senador Fernando Henrique Cardoso, “modernidade” passou a ser uma “palavra-ônibus”, significando de tudo um pouco de acordo com o gosto do freguês. E, em certos momentos, essa palavra passou a ser usada com tal liberalidade que, em muitos casos, ela passa a significar exatamente o oposto do que sempre quis dizer.

Da mesma forma, pode-se dizer que o uso freqüente, e nem sempre bem-intencionado, da junção das palavras “pacto” e “social” terminou por lhes retirar qualquer significado, seja em conjunto, seja separadamente. Pacto quer dizer acordo, mas quase passou a significar a impossibilidade de negociação. Social é um vocábulo abrangente, indicativo de um interesse maior. No entanto, passou a representar interesses menores, de indivíduos, grupos ou facções políticas em luta pela manutenção de posições conquistadas ou de objetivos a se atingir. Como acontece no Brasil de forma freqüente, apesar de indesejada, o desgaste da expressão na comunicação de massa passou a ser de tal

envergadura que os especialistas em “marketing” político — se é que existe mesmo isso — passaram a substituir o pacto social pelo entendimento.

Mas, se o rótulo foi mudado, o conteúdo, responsável, no fundo, pelo desgaste, não mudou em nada. É lamentável dizer isso, mas na verdade, o entendimento proposto pelas autoridades federais à chamada sociedade civil não passa de um remendo mal ajambrado, e apenas semântico, da velha proposta autoritária do desgastado “pacto social”, tentado anteriormente, tantas vezes. Não basta alterar o rótulo, minha gente. É preciso, também, modificar a fórmula do remédio. *Nada de pactos, acordos ou conchavos. Precisamos é de instituições fortes.*

A triste realidade dos fatos é que as equipes de governo, mesmo quando esse dispõe de indiscutível legitimidade popular, não resistem ao vezo autoritário e terminam por incorrer nos velhos erros de sempre, da época dos governos ilegítimos. O entendimento, proposto pelas autoridades econômicas e financeiras da administração Collor, por exemplo, partiu do mesmo equívoco tantas vezes cometido antes, seja na chamada Nova República, seja no tempo da ditadura tecnocrática-militar. Que equívoco foi esse? O de sempre: do alto de sua torre de marfim, isolado da realidade das bases, o Poder Executivo resolveu eleger interlocutores para estabelecer com eles e entre eles um diálogo capaz de produzir o objetivo final, qual seja, o entendimento. *O governo não quer se entender com ninguém. Quer é nosso aval para seus erros.*

Senão, vejamos: a dona Zélia Cardoso de Mello decidiu que, em nome dos jovens empresários debateria o companheiro de mesa Emerson Kapaz. Nada impede que Emerson

Kapaz seja um bom interlocutor, seja para dona Zélia, ou seja, o Governo, seja para discutir com os trabalhadores, por sua vez representados por outro companheiro de mesa, o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros. Os dois podem ser muito legítimos e competentes. O problema é que dona Zélia não tem nenhuma legitimidade para escolhê-los como representantes do que for. Primeiro, porque ela não tem delegação explícita das categorias sociais a que ambos pertencem. Segundo, e mais grave ainda, porque a Ministra da Economia, em que pesem seu poder e sua autoridade, não recebeu mandato popular, soberanamente expresso nas urnas, para determinar quem conversa a respeito do quê na negociação de um pacto social, de um entendimento nacional. Nas ditaduras, manda quem é nomeado. *Na democracia, manda quem é votado. O resto obedece.*

Dona Zélia, ou qualquer assessor dela, pode argumentar que o Presidente da República recebeu esse mandato popular e pode, muito bem, transmiti-lo a quem bem desejar, a Ministra da Economia, por exemplo. Acontece que o Presidente da República, eleito livre e soberanamente pela vontade majoritária da sociedade brasileira, não foi escolhido pelo povo para ser o chefe supremo ou o líder máximo ou o timoneiro invencível dos destinos nacionais. Ele recebeu um mandato específico para chefiar um poder com prerrogativas e limitações constitucionais muito claras. O Presidente da República pode muito, mas, num regime constitucional e democrático, felizmente, não pode tudo. Não pode, por exemplo, eleger, a seu bel-prazer, quem negocia em nome de quem. Numa negociação ampla com a chamada sociedade civil, o presidente pode escolher o interlocutor que quiser, desde que ele se limite a representar, apenas e tão-somente, uma das partes da negociação, ou seja, o Poder Executivo

Federal. Ninguém lhe deu procuração para que ele escolha os parceiros ou adversários do jogo difícil da composição dos interesses individuais ou grupais do grande interesse coletivo.

Num regime democrático moderno — e parece não haver dúvida de que todos aqui estamos de acordo a respeito da necessidade de se construir e fortalecer o nosso —, a negociação política pressupõe o respeito estrito aos limites institucionais de cada parte envolvida na negociação. O Presidente e sua equipe escolhem os interlocutores pelo lado do Estado. A Nação tem meios institucionais de eleger os interlocutores que a representem na discussão do pacto ou do entendimento, seja qual for a palavra usada para definir o acordo, ou melhor, o grande contrato social.

É sabido de todos nós que o Brasil, infelizmente, não dispõe de instituições sólidas, perenes e impessoais. Os partidos políticos são frágeis, os sindicatos pagam as penas do pecado original da tutela estatal, os estados dependem da União até para pagar as contas do dia-a-dia, a Justiça é lenta. Enfim, está praticamente tudo aí para construir. Mas, para começar, é preciso lembrar a todos que o Congresso Nacional existe, está funcionando e pode, muito bem, representar, de forma legítima, o que a Nação deseja colocar em discussão em qualquer mesa de negociação política, econômica e social. O Governo nomeia quem bem entender para representar o Estado. Mas quem representa a Nação é o Congresso, cujos membros foram, livre e soberanamente, eleitos exatamente para cumprir essa missão. Cada um faz sua parte.

Da mesma forma que os cidadãos, as instituições precisam fazer valer seus direitos, ou, melhor ainda, se fazer

respeitar. Cada um deve defender seu espaço, usando, para isso, sua própria força. Se nós não fizermos valer nossas prerrogativas, ninguém nos vai conceder isso. O povo brasileiro é, por natureza, pacífico e humilde, mas seus representantes não podem abaixar a cabeça por causa disso. Ao contrário, justamente por isso, têm é de demonstrar hombridade e coragem. *Ninguém deve meter sua colher no prato do outro. Senão, a democracia simplesmente não funciona.*

A base do desgaste da expressão “pacto social” está no equívoco original do método da colocação da peça no jogo, Mesmo que os interlocutores sejam os adequados, o pacto social, o contrato, o entendimento, seja lá o que for, não será atingido. Porque o Governo Federal não pode escolher seus adversários na mesa desse jogo. E se trata de um jogo — não vamos tapar o sol com a peneira — entre interesses não coincidentes, e muitas vezes até opostos. A democracia, já foi dito, não é o regime político perfeito, mas o menos imperfeito, justamente por contar, com humildade, com a natural imperfeição humana. Essa busca da perfeição do consenso, pressuposta na própria corrida pelo pacto, pelo contrato, pelo acordo, pelo entendimento, é a negação da democracia. Praticar a democracia é administrar conflitos de interesses.

O que a democracia exige é uma coisa muito simples: que o governo negocie adultamente, de forma institucional, impessoal, sem preconceitos nem idiossincrasias, com o Poder Legislativo. Desde que os espanhóis encontraram o pacto lá deles, não se faz outra coisa no Brasil a não ser perseguir esse acordo entre segmentos sociais, como se bastasse assinar um documento de boas intenções para dobrar a realidade a nossa vontade. A realidade brasileira não é igual à espanhola e nós não precisamos propriamente de um pacto ou de sobre-

viver aos impactos provocados pelas crises. Essas instituições se constroem cotidianamente, lentamente, pacientemente, sem a intervenção milagreira e providencial de um deus ex machina.

Então, o Governo Federal precisa parar com essa ilusão de ficar a perseguir o consenso inalcançável e começar a encarar seriamente a possibilidade de negociar, de forma madura, rotineira e transparente, com o Congresso. *A transparência é a única forma de se pôr fim ao fisiologismo. Os parlamentares foram eleitos para negociar sem conluios nem conchavos.*

É, mais ou menos, por esse mesmo prisma que se deve discutir a questão da modernidade. Temendo incorrer no risco da simplificação grosseira ou da discussão estéril sobre temas vagos, mas enfrentando isso, eu não poderia deixar de reconhecer que modernidade, no sentido econômico da palavra, significa, e pode significar, muita coisa. Já que analisamos a situação, até agora, pelo lado político, vamos nos deter um pouquinho no problema econômico. Modernidade, a meu ver, significa uma economia de alta produtividade, competitiva e com rápido desenvolvimento tecnológico, capaz de atender às necessidades da população e de gerar um elevado excedente de poupança para investimentos. E, quando falo em competitividade, estou pensando em níveis internacionais. Modernidade é poder competir com os melhores, fazendo melhor do que eles. E mais barato. E significa, também, ter mercado de bens e serviços funcionando eficientemente, o mesmo ocorrendo com o mercado de capitais e com o sistema financeiro. Como vocês podem perceber, não é a palavra-ônibus, que significa tudo. Vamos achar mais alguns limites para ela.

Modernidade é sinônimo de um regime monetário estável. A moeda de uma sociedade moderna é internacionalmente conversível e pode cumprir suas funções de meio de troca e reserva de valor, sem o que o funcionamento da economia fica comprometido. Só por essa descrição, vocês já podem ver que o Brasil não cabe numa definição mais rigorosa da palavra da moda, que serve de tema para este seminário. Porque, já que estamos dispostos a discutir as coisas seriamente e sem meias palavras, vamos ter de reconhecer que nossa moeda simplesmente não presta. É um verdadeiro lixo que sucessivas reformas monetárias não conseguiram recuperar. Minha geração já negociou com o cruzeiro, o cruzeiro novo, o cruzado, o cruzado novo e novamente, numa volta do círculo, o cruzeiro. *E quem quer ser moderno não faz de sua moeda lixo.*

Esse frenesi de trocas não é capaz de ocultar uma verdade elementar: a moeda não deixa de ser uma mercadoria, e não escapa à lei da oferta e da procura. Se ela não é emitida com moderação, perde o valor e, aí, se torna necessário uma quantidade maior dela para se comprar a mesma coisa. Vocês me desculpem estar recorrendo a conceitos tão elementares, mas creio ser necessário retomá-los para se chegar a uma situação de equilíbrio e de bom senso, da qual temos nos afastados há muito tempo. Por isso mesmo, é necessário voltar a esses conceitos simples para lembrar que os preços sobem nominalmente e isso equivale à inflação.

E recorri a esses conceitos simples para expressar um juízo de valor: em lugar de continuar cortando zeros da moeda emitida de forma irresponsável e indisciplinada, precisamos entender melhor os fatos que levam a essa emissão e tratar de coibi-los, recuperando o valor da moeda, uma

condição indispensável para se aspirar à modernidade econômica.

Ou nós paramos de gastar e desperdiçar ou vamos ter de passar o resto da vida cortando zeros. Pois o principal culpado pela indisciplina na emissão da moeda continua sendo o desequilíbrio financeiro do setor público, no sentido amplo, abrangendo o Governo Federal, os estados, os municípios e as empresas estatais. Esse setor, como um todo, continua sem entender, absorver nem praticar uma regra básica da economia, que as pessoas aplicam na gestão caseira de suas finanças, seus negócios e suas empresas, mas que se perde na irresponsabilidade com que, tradicionalmente, o setor público sempre foi gerido no Brasil. Trata-se da regrinha segundo a qual os recursos econômicos são escassos, existindo um limite para os gastos. Ou seja, não é possível se adquirir tudo ao mesmo tempo nem se endividar sem controle, gerando uma dívida sem condições de ser paga ou, sequer, rolada.

Aqui vamos ter de usar uma expressão mais dura, os governos vêm mesmo é enganando todo mundo, gastando sem controle e gerando dívidas impagáveis, comprometendo a liquidez do sistema financeiro e, assim, pressionando o Banco Central a emitir mais moeda, num processo que se repete há decênios e nunca tem solução. Ainda recentemente, os jornais revelaram que as emissões do Banco Central, no final de 1990 e no início de 1991, foram, em grande parte, provocadas pelo fato de que vários bancos estaduais carregados de dívidas dos respectivos estados passaram a ter problemas de liquidez e pediram socorro ao Banco Central. Esse não resistiu às pressões, e abriu a torneira monetária. Mais moeda, mais papel sem valor, mais inflação, mais zeros

a cortar numa futura reforma monetária, que nunca terá êxito se esse círculo vicioso não for interrompido.

É preciso reformar a mentalidade da classe política, responsável por essas práticas abomináveis na gestão das finanças públicas, que constituem o grande fator a pressionar a emissão monetária, levando a inflação e a essa moeda de baixíssima qualidade que é o cruzeiro, o cruzado, essa falsa moeda que tantos nomes tem.

É preciso instaurar princípios de boa gestão das finanças públicas. Reformar a mentalidade dos gastos sem fundos, hoje reinante, é condição fundamental para se alcançar a modernidade pretendida, pois, sem isso, não chegaremos a uma moeda estável, não podemos aspirar a retomada do crescimento nem nos aproximaremos dos países do Primeiro Mundo, a não ser apenas na retórica.

Aliás, nunca é demais lembrar que, em tais países, protótipos da modernidade pretendida, essas barbaridades econômico-financeiras praticadas trivialmente pelo setor público no Brasil são terminantemente proibidas. Nesses países, o governo não pode gastar irresponsavelmente, levar suas instituições financeiras a crises de liquidez nem pretender que o Banco Central as socorra injetando mais moeda na economia adoecida. Tais práticas já foram abandonadas há muito tempo e, se isso não houvesse ocorrido, esses países não teriam chegado aonde chegaram. *Moderno não é desperdiçar, mas poupar e investir.*

Mas, se for impossível convencer, racionalmente, os políticos de que essa situação não pode continuar, seria, então, o caso de se redigir uma legislação que proíba essa ganância sem fim e com punições explícitas para quem se recusar a

obedecê-las. Essa é, também, meus amigos, uma missão do Congresso Nacional. E, enquanto não se desencadear esse processo, estaremos relegados ao atraso e condenados à estagnação, justamente o oposto da modernidade. A prática da cidadania numa sociedade moderna exige um arcabouço jurídico que preveja uma autoridade monetária autônoma e imune às pressões políticas, ou seja, um Banco Central cuja diretoria não seja subordinada, hierarquicamente, ao Presidente da República e ao Ministro da Economia, como ocorre nos países desenvolvidos. Da mesma forma, é preciso encontrar um meio de se responsabilizar, civilmente, o administrador irresponsável e o gestor incompetente. *Lugar de mau gestor é na cadeia e não no gabinete.*

Se o Congresso Nacional for capaz de encontrar os meios adequados para promover esse tipo de pacto ou de entendimento, aí, sim, poderemos estar dando um passo largo no rumo da modernidade. E, quem sabe, comprando um ingresso para freqüentar as seletas reuniões do fechado clube do Primeiro Mundo. Caso contrário, estaremos condenados ao ciclo sem fim dos planos, pacotes e pactos, que nos manterão a léguas de distância de qualquer significado que possa ter essa palavra-ônibus da moda: modernidade. *Se plano resolvesse alguma coisa, a maior potência econômica do mundo seria o Brasil e não os Estados Unidos.*

28 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
anos

O.S. 1162/91

